



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR
DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR
INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR

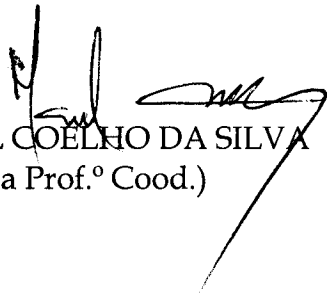
ESCOLA SUPERIOR DE GESTÃO DE TOMAR

Curso de Auditoria e Fiscalidade

Programa e Bibliografia da Disciplina
DIREITO ECONÓMICO INTERNACIONAL

4.º Ano – 2.º Semestre
Regime: Semestral

Carga Horária: 4 horas Teórico/Práticas
Ano Lectivo 2004/2005

Docente: 
MANUEL COELHO DA SILVA
(Eq.º a Prof.º Cood.)

Objectivo da Disciplina:

Difundir uma visão ampla da actividade económica mundial e da sua evolução, bem como da formação de blocos económicos regionais.

Aprofundar o conhecimento dos alunos sobre os mais significativos aspectos das relações comerciais internacionais e da consequente disciplina jurídica criada.

Apresentar, com detalhe, a acção das instituições financeiras internacionais e das relações monetárias internacionais e dos normativos jurídicos que lhes estão ligados.

Programa

I - Introdução

1. A importância das relações económicas internacionais no mundo de hoje;
2. A cooperação e a integração económicas;
3. A integração económica;
4. A Ordem Económica Internacional.

II - AS RELAÇÕES COMERCIAIS INTERNACIONAIS

1. A teoria do comércio internacional:

1.1 Os Fundamentos teóricos do livre-cambismo:

- 1.1.1 A perspectiva mercantilista;
- 1.1.2 A teoria dos custos absolutos de Adam Smith;
- 1.1.3 A teoria dos custos comparados ou das vantagens comparativas de David Ricardo;
- 1.1.4 O contributo de John Stuart Mill. A lei dos valores internacionais;
- 1.1.5 A ilustração da teoria das vantagens comparativas através de teoria dos custos de oportunidade ou de substituição de Gottfried Haberler;
- 1.1.6 A teoria neoclássica: o modelo Heckscher-Ohlin;
- 1.1.7 O paradoxo de Leontief;
- 1.1.8 Algumas teorias contemporâneas: a teoria da procura representativa, de Staffan Linder, a teoria do ciclo de vida do produto, de Raymond Vernon;
- 1.1.9 As bases da vantagem competitiva de certas nações, segundo Michael Porter;

1.2 Os argumentos favoráveis ao proteccionismo;

- 1.2.1 Os argumentos extra-económicos;
- 1.2.2 A protecção das indústrias nascentes, em conjunção com o argumento das exterioridades;
- 1.2.3 Outros argumentos;
- 1.2.4 Análise à dicotomia livre-cambismo/proteccionismo.

2. O Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT) e o Acordo Que Cria a Organização Mundial de Comércio («Acordo OMC»):

- 2.1 A génese do GATT (a parte IV da Carta da Havana), o protocolo da aplicação provisória e a subsistência das legislações incompatíveis com o GATT;
- 2.2 O GATT como um acordo intergovernamental que evolui para uma organização internacional de facto: a criação dos órgãos do GATT: a criação do Conselho dos Representantes em 1960; as regras de votação; o mecanismo de resolução de litígios: as varias possibilidades; a formação dos painéis; o funcionamento deste mecanismo ao longo dos anos;



- 2.3 O contraponto entre a orgânica do GATT e a da OMC; as regras de votação; o carácter inovador da OMC, designadamente ao nível da resolução de litígios (análise do Memorando de Entendimento sobre as Regras e Processos Que Regem a Resolução de Litígios); a proibição das medidas unilaterais de retorsão; âmbito de actuação e os poderes da OMC;
- 2.4 Os princípios da não-discriminação e da liberalização como princípios estruturantes do GATT, as respectivas excepções;
- 2.5 As sucessivas ronda negociais multilaterais: Genebra (1947); Annecy (1949); Torquay (1950-51) e Genebra (1955-56) - visão geral dos resultados conseguidos; o Dillon round (1961-62) e a emergência da CEE; o Kennedy round, o Trade Expansion Act e as propostas de redução linear dos direitos aduaneiros e de constituição de uma zona de comércio livre com o CEE para certos produtos; a questão dos “picos tarifário”; o Tokyo round - as relações EUA-CEE e o nivelamento da protecção tarifária; a questão do neo-proteccionismo e os diversos acordos aprovados; o Uruguay round: a redução dos direitos aduaneiros, os serviços, a agricultura e o GATT ao longo das rondas negociais; o acordo sobre os têxteis de algodão, o acordo Multifibras (acordo quadro) e o acordo bilaterais (a questão da diferenciação do proteccionismo);
- 2.6 Análise a alguns acordos comerciais multilaterais, partes integrantes do Acordo OMC;
3. Os regimes sectoriais;
- 3.1 Os Acordos Multifibras: o acordo-quadro e os acordos bilaterais; a questão da diferenciação do proteccionismo; a questão do dumping social;
- 3.2 A problemática dos produtos de base; a acção da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED ou UNCTAD); o Programa Integrado Para os Produtos de Base: o mecanismo dos stocks reguladores seu funcionamento;
- 3.3 O estatuto dos Países em Desenvolvimento (PED).
4. Os temas descurados no Uruguay round:
- 4.1 O dumping social;
- 4.2 A protecção do ambiente;
- 4.3 As regras de concorrências.

III - A ACÇÃO DO BANCO MUNDIAL

1. O Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento e as instituições afiliadas:

- 1.1 O Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento;
- 1.2 A Associação Internacional de Desenvolvimento;
- 1.3 A Sociedade Financeira Internacional;
- 1.4 A Agência Multilateral de Garantia de Investimento e o Centro Internacional para a Resolução de Diferendos relativos a Investimentos;
- 1.5 O papel do grupo do Banco Mundial no auxílio aos PED.

IV - AS RELAÇÕES MONETÁRIAS INTERNACIONAIS

1. Noções fundamentais:

- 1.1 O mercado de câmbio; a ligação do mercado do câmbio com a BP; a arbitragem; as taxas de câmbio; as operações cambiais à vista e o prazo; as operações swap; os câmbios estáveis, fixos e flexíveis;
- 1.2 O mercado do eurodólar: o seu surgimento e a sua importância nas relações monetárias internacionais.

2. A Balança de Pagamento:

- 2.1 O sistema de inscrição da BP: regras básicas;
- 2.2 A composição da BP; as diferentes balanças que integram a balança global;
- 2.3 O equilíbrio e o desequilíbrio das BP; a linha divisória entre as operações que entram em conta para a aferição da posição da balança e as operações financiadoras;
- 2.4 A posição da BP e os níveis de desenvolvimento económico; o ciclo evolutivo das BP;
- 2.5 Os inconvenientes dos défices e dos excedentes prolongados;
- 2.6 A BP portuguesa: linhas gerais de evolução durante o Estado Novo, e desde 1974 até aos de hoje.

3. O ajustamento dos desequilíbrios externos:

- 3.1 Os mecanismos espontâneos de ajustamento;
- 3.2 As políticas de ajustamento dos desequilíbrios externos.

4.A evolução do sistema monetário internacional:

- 4.1 Os regimes monetários anteriores à II Grande Guerra;
- 4.2 A cooperação monetária após II Grande Guerra;
- 4.3 Outros aspectos do código de boa conduta monetária: a proibição das desvalorizações competitivas; a obrigação da unicidade das taxas de câmbio; a obrigação de convertibilidade; a obrigação de informar e colaborar com o Fundo; os poderes de fiscalização do Fundo; o apelo a uma maior transparência, na sequência da crise no sudeste asiático;
- 4.4 O papel do FMI na crise do peso mexicano de 1994-95 outros países da América do Sul, e também na crise do sudeste asiáticos de 1997; as insuficiências do Fundo;
- 4.5 Os mecanismos de ajuda financeira do Fundo.

5. O processo de integração económica comunitária:

- 5.1 A situação da Europa após a II GG: o plano Marshall, a OECE a UEP e o Acordo Monetário Europeu;
- 5.2 O desinteresse inicial da EU pela questão monetária; a criação da serpente comunitária e do FECON; razões do seu insucesso;
- 5.3 A criação do Sistema Monetário Europeu: características essenciais;
- 5.4 As vicissitudes por que passou o SME; o relançamento da UEM; as crises de Set. 1992 e Julho / Agosto de 1993;
- 5.5 Os Tratados de Maastrich, os Amesterdão e Nice e a UEM.

BIBLIOGRAFIA

1. Faugère, Jean-Pierre
O sistema Financeiro Monetário Internacional
Instituto Piaget, Lisboa, 1997
2. Goyos Jr, Durval de Noronha
A OMC e os Tratados da Ronda Uruguay
Observador Legal Editora, S. Paulo, 1995
3. Guillochon, Bernard
Economia Internacional
Planeta Editora, Lisboa
4. Labisa, António dos Santos
Organismo Internacional
Banco de Portugal, Lisboa, 1994
5. O sistema Monetário Internacional
Terramar, Lisboa 1997
6. Mander, Jerry, e GOLDSMITH, Edward
Economia Global, Economia Local-A controvérsia
Instituto Piaget, Lisboa, 1995
7. Medeiros, Eduardo Raposo de
Economia Internacional
ISCSP, Lisboa, 1996
8. Medeiros, Eduardo Raposo de e Joaquim Fernando Calado Mendes
Novas Regras do Comercio Internacional
ISCSP, Lisboa, 1996
9. Organização Mundial do Comércio
GATT-Index analytique: Guide des règles et pratiques du GATT
Genebra, 6ª edição, 1995
10. Pitta e Cunha, Paulo de
Economia Política
AAFDL, Lisboa, 1973

11. Integração Europeia
Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1993
12. Perrut, Dominique
A Europa Financeira e Monetária
Instituto Piaget, Lisboa, 1997
13. Rainelli, Michel
A Organização Mundial do Comércio
Terramar, Lisboa, 1998
14. A Organização Mundial do Comércio e a Resolução de Litígios
Fundação Luso-Americana, Lisboa, 1998
15. Roque, Ana
Direito Comercial Internacional
Âncora Editora, Lisboa, 2004
16. Vaz, Manuel Afonso
Direito Económico - A ordem Económica Portuguesa - Coimbra Editora - Coimbra 1998
17. Santos, Luís Máximo e Outros -
Textos - Relações Económicas Internacionais - AAFDL - Lisboa, 1995

Aconselhamos, ainda, a visita às páginas na Internet das seguintes instituições:

- International Monetary Fund;
- Bnk for the International Settlements;
- United Nations;
- World Trade Organization;
- European Union

DISCIPLINA DE DIREITO ECONÓMICO INTERNACIONAL
--

DISCIPLINA SEMESTRAL

SISTEMA DE AVALIAÇÃO

1. A FREQUÊNCIA E A PARTICIPAÇÃO ACTIVA NAS AULAS SERÁ CONSIDERADA PARA EFEITOS DE AVALIAÇÃO
2. REALIZAÇÃO DE 1 (UMA) FREQUÊNCIA

OS ALUNOS QUE NA FREQUÊNCIA OBTIVEREM CLASSIFICAÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 10 (DEZ) VALORES PODERÃO SER DISPENSADOS DA REALIZAÇÃO DO EXAME ESCRITO, DESDE QUE TENHAM REALIZADO TRABALHOS PRÁTICOS.

3. EXAME ESCRITO

NOTA MÍNIMA DE APROVAÇÃO DE 10 (DEZ) VALORES

4. A REALIZAÇÃO DE TRABALHOS PRÁTICOS TERÁ LUGAR AO LONGO DO SEMESTRE LECTIVO E SERÁ LEVADA EM CONTA PARA EFEITOS DA NOTA FINAL.
5. A CLASSIFICAÇÃO FINAL DA DISCIPLINA SERÁ A MÉDIA ESTABELECIDADA ENTRE A NOTA DAS PROVAS ESCRITAS (EXAME FINAL E OU FREQUÊNCIA), A NOTA DOS TRABALHOS PRÁTICOS.
6. NO ÂMBITO DA DISCIPLINA PODERÃO AINDA SER REALIZADOS, AO LONGO DO ANO, ESTUDOS DE CASO, INDIVIDUAIS OU COLECTIVOS, COM RELEVÂNCIA PARA A CLASSIFICAÇÃO FINAL.

A FORMA DE CLASSIFICAÇÃO DOS TRABALHOS INDIVIDUAIS OU COLECTIVOS SERÁ PREVIAMENTE INDICADA.